

Poder Judiciário
Justiça Federal
Conselho da Justiça Federal – CJF
Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento - DP
Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO
Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira - SUPRO
Divisão de Contabilidade e Custos – DICOS

Demonstrações Contábeis

Órgão 12000 – Justiça Federal

4º Trimestre de 2022



Brasília (DF), janeiro de 2023

Sumário

Lista de Siglas	4
Apresentação	5
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis	6
Declaração do Contador.....	7
Fatos Relevantes	8
1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2019, de 13 de setembro de 2019.....	8
2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos.....	8
3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017.....	8
Demonstrações Contábeis	9
Balanço Patrimonial – BP	9
Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP	10
Balanço Orçamentário - BO.....	11
Balanço Financeiro – BF	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	16
NOTA 1 - BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores	16
NOTA 2 - BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores	18
NOTA 3 - BP - ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis	19
NOTA 4 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	22
NOTA 5 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Provisões a Curto Prazo	24
NOTA 6 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo	25
NOTA 7 - DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas	26
NOTA 8 - DVP - VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	28
NOTA 9 - DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas	30
NOTA 10 - DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	32
NOTA 11 - BO – RECEITAS CORRENTES - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	34
NOTA 12 - BO – DESPESAS CORRENTES	36
NOTA 13 - BF - INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária	37
NOTA 14 – BF – Transferências Recebidas e Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar ...	38
NOTA 15 - BF - INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários – Arrecadação de Outra Unidade	39
NOTA 16 - BF - DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas.....	42

NOTA 17- BF - DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária	43
NOTA 18 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa	44
NOTA 19 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa - por Atividade	45
Referências.....	48

Lista de Siglas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AH – Análise Horizontal

AV – Análise Vertical

BF – Balanço Financeiro

BGU – Balanço Geral da União

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

CCONT/STN – Coordenação Geral de Contabilidade

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CJF – Conselho da Justiça Federal

DCJF – Demonstrações Contábeis da Justiça Federal

DCON - Demonstrações Contábeis Consolidadas

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOU – Diário Oficial da União

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

JF – Justiça Federal

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público Conselho

RPV - Requisições de Pequeno Valor

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TRF – Tribunal Regional Federal

Apresentação

A Justiça Federal é composta pelo conjunto dos órgãos do Poder Judiciário cuja competência, prevista no art. 109 da Constituição Federal de 1988, é o julgamento de ações nas quais a União, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem como autoras ou rés, bem como intervenientes de qualquer natureza.

A Constituição de 1988 promoveu significativas modificações na estrutura da Justiça Federal, extinguindo o Tribunal Federal de Recursos e criando os cinco Tribunais Regionais Federais e o Conselho da Justiça Federal (Lei n. 11.798/2008).

Ressalta-se que em 21 de outubro de 2021 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.226/2021, que dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), com sede em Belo Horizonte e jurisdição no estado de Minas Gerais, bem como modifica a composição do Conselho da Justiça Federal. O Tribunal Regional Federal da 6ª Região foi oficialmente instalado no dia 19 de agosto de 2022.

Cabe aos Tribunais Regionais Federais (art. 108 da CF/1988) processar e julgar os recursos provenientes das Seções Judiciárias a eles vinculados, bem como ações de sua competência originária (ações rescisórias, conflitos de competência, crimes cometidos por pessoas com prerrogativa de foro etc.). A própria Constituição Federal, no art. 27, § 6º, do ADCT, incumbiu-se de criar os cinco primeiros tribunais regionais federais, que passaram a ser em número de seis, desde a edição da Lei n. 14.226/2021. Regulamentando esse dispositivo, foi editada a Lei n. 7.727/1989, que estabeleceu a composição inicial de cada tribunal com alterações dadas pelas Leis n. 8.914/1994, 8.915/1994, 9.967/2000, 9.968/2000 e 14.253/2021.

Durante a década de 1990, a Justiça Federal de Primeira Instância sofreu enorme ampliação, com a criação de novas varas em todas as regiões. Nesse período, incrementou-se, também, o processo de interiorização desta Justiça, o que é, mais acentuadamente, levado a efeito com a edição da Lei n. 10.772/2003, que criou 183 novas varas. Ressalta-se que, com a Lei n. 8.251, de 24 de outubro de 1991, foram criadas as Seções Judiciárias do Tocantins, do Amapá e de Roraima.

O Conselho da Justiça Federal é o órgão central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões administrativas possuem caráter vinculante, e são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal, conforme estabelece o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 11.798/2008.

Nesse contexto, enquanto Setorial Contábil, o CJF é responsável pela análise das Demonstrações Contábeis da Justiça Federal (DCJF), onde são consolidadas as contas de todo o órgão 12000 – Justiça Federal. Destaca-se que as DCJF subsidiam a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas – DCON, as quais compõem o Balanço Geral da União – BGU.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Justiça Federal -DCJF são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Preparadas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCJF consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) da Justiça Federal. Sendo assim, a elaboração das DCJF teve como subsídio as informações prestadas pelas setoriais regionais de contabilidade que compõem a estrutura da Justiça Federal.

No presente relatório estão evidenciadas as DCJF relativas ao 4º trimestre de 2022. De acordo com o BGU, “embora não seja exigida pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das demonstrações representa um instrumento de transparência do Governo Federal” (BGU - 2º Trimestre/2017, p. 12).

As estruturas e a composição das DCJF estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A moeda de apresentação nas demonstrações contábeis é o Real.

A análise das DCJF materializa-se por meio da avaliação dos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), com auxílio do Tesouro Gerencial.

Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 da Justiça Federal - Órgão 12000.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Manual SIAFI.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2023

Alexandre dos Santos Silva
CRC n° DF-008875/O
Contador Responsável

Fatos Relevantes

1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, de 2 de dezembro de 2022.

Em substituição à Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019, a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/CJF editou a Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, que trata do Registro da Obrigação de Precatórios, RPV e Patronal do PSSS, com reflexos no Patrimônio da Entidade Devedora, em atendimento ao Acórdão 1331/2019 – TCU (TC 013.643/2019), o qual determina:

- a) a revisão dos procedimentos de registro do passivo relativo à sentença judicial transitada em julgado entre 2/7 a 31/12 que resulte em precatório;
- b) a revisão das orientações sobre os procedimentos de registro contábil dos precatórios quanto à reclassificação dessa obrigação do longo prazo para o curto prazo antes do encerramento do exercício.

2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos

Para atender os Acórdãos do Tribunal de Contas da União, nº 1331/2019-Plenário e nº 1437/2020-Plenário, os quais determinaram a realização de ajustes nos procedimentos que impactam a contabilização dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados e reincluídos, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN desenvolveu rotina contábil para que os lançamentos tenham reflexo nas Demonstrações Contábeis da devida entidade, com equivalentes registros em contas de controle deste Órgão, a fim de evitar distorções nas informações.

Nesse sentido, o Conselho da Justiça Federal, como Órgão Central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, orientou os Tribunais Regionais Federais quanto aos procedimentos necessários para a apuração e contabilização dos valores de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados em razão do disposto no art. 2º da Lei nº 13.463/2017.

3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017

A edição da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que dispôs em seu art. 2º sobre o cancelamento de precatórios e RPV federais, cujos valores não tivessem sido levantados pelo credor e estivessem depositados há mais de 2 anos em instituição financeira oficial, tem tido grande impacto, desde a sua edição, nas Demonstrações Contábeis da Justiça Federal.

Em 30/06/2022, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5755, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o cancelamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor (RPVs) não levantados pelo credor no período de dois anos, conforme previsto na Lei 14.463/2017, é inconstitucional.

Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial – BP

ATIVO	NE	2022	2021	PASSIVO	NE	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		2.344.484.097	2.036.347.937	PASSIVO CIRCULANTE		2.704.873.554	1.791.312.871
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.099.925.455	1.838.632.972	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	4	2.371.843.330	1.541.653.419
Créditos a Curto Prazo		183.163.006	144.368.872	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		22.796.793	12.907.479
Demais Créditos e Valores	1	186.006.006	145.503.871	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		804	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a CP		-2.843.000	-1.135.000	Provisões a Curto Prazo	5	24.233.349	24.038.504
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		0	0	Demais Obrigações a Curto Prazo	6	285.999.278	212.713.469
Estoques		38.230.172	40.627.260				
VPDs Pagas Antecipadamente		23.165.465	12.718.833				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.393.951.638	5.872.497.265	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		278.093	24.159
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.627.451	1.851.432	Obrigações Trab. Prev. e Assist. a Pag. de LP		0	0
Créditos a Longo Prazo		4.627.451	1.851.432	Provisões a Longo Prazo		0	-
Demais Créditos e Valores	2	4.627.451	2.426.541	Demais Obrigações a Longo Prazo		278.093	24.159
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a LP		0	-575.109				
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		0	0				
Investimentos		9	9				
Imobilizado		6.213.248.465	5.709.170.727				
Bens Móveis		705.344.797	676.850.189				
Bens Móveis		1.499.385.967	1.433.665.911				
(-) Dep./Amort./Exaustão Acm. Bens Móveis		-794.041.171	-756.815.722				
Bens Imóveis		5.507.903.668	5.032.320.538				
Bens Imóveis	3	5.522.814.992	5.093.983.763				
(-) Depr./Amor./Exaustão Acm. Bens Imóveis		-14.911.323	-61.663.225				
Intangível		176.075.712	161.475.097				
				TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		2.705.151.647	1.791.337.030
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2022	2021
				Demais Reservas		47.199	2.923.342
				Resultados Acumulados		6.033.236.888	6.114.584.830
				(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0	0
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.033.284.088	6.117.508.172
TOTAL DO ATIVO		8.738.435.735	7.908.845.202	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.738.435.735	7.908.845.202

Fonte: Siafi Web

Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		182.356.735.872	195.250.378.366
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		131.919.904	135.085.856
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		164.882.925	194.696.892
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		2.766.656	177.612
Variações Monetárias e Cambiais		6.042	118.090
Transferências e Delegações Recebidas	7	181.297.486.497	191.627.559.670
Transferências Intragovernamentais		181.251.867.649	191.617.073.189
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		455.788.018	948.086.070
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8	303.891.871	2.344.772.265
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		518.342	129.873
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		303.373.530	2.344.642.392
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		182.193.979.340	194.127.456.994
Pessoal e Encargos		9.621.582.218	9.399.314.098
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.202.428.424	1.987.627.936
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.614.838.632	1.310.961.185
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		104.840	724.739
Transferências e Delegações Concedidas	9	121.522.386.834	130.817.163.834
Transferências Intragovernamentais		121.482.431.679	130.795.699.321
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10	47.154.752.217	50.540.793.234
Tributárias		45.929.810	43.978.354
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		31.956.365	26.893.614
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		162.756.532	1.122.921.372

Fonte: Siafi Web

Balanco Orçamentário - BO

RECEITAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				125.329.425	125.329.425
Receitas Tributárias				92.345.252	92.345.252
Receitas de Contribuições					
Receita Patrimonial					
Receita Agropecuária					
Receita Industrial					
Receitas de Serviços				(1.410.122)	(1.410.122)
Transferências Correntes				(1.870.921)	(1.870.921)
Outras Receitas Correntes				36.265.217	36.265.217
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais					
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11			36.265.217	36.265.217
RECEITAS DE CAPITAL					
Operações de Crédito					
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Outras Receitas de Capital					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DE RECEITAS				125.329.425	125.329.425
REFINANCIAMENTO					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO				125.329.425	125.329.425
DEFICIT				60.860.440.895	60.860.440.895
TOTAL				60.985.770.320	60.985.770.320

Fonte: Siafi Web

Balço Orçamentário - B0

DESPESAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12	13.577.502.619,00	13.457.451.625,00	60.486.461.099,14	58.815.654.179,92	58.758.044.802,36	(47.029.009.474)
Pessoal e Encargos Sociais		11.338.882.034,00	11.323.682.034,00	20.819.739.657,71	20.469.322.621,31	20.425.846.163,14	(9.496.057.624)
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes		2.238.620.585,00	2.133.769.591,00	39.666.721.441,43	38.346.331.558,61	38.332.198.639,22	(37.532.951.850)
DESPESAS DE CAPITAL		348.419.303,00	483.270.297,00	499.309.220,51	366.433.919,62	359.798.684,21	(16.038.924)
Investimentos		345.419.303,00	442.001.797,00	365.640.452,35	234.557.049,70	227.921.814,29	76.361.345
Inversões Financeiras		3.000.000,00	41.268.500,00	133.668.768,16	131.876.869,92	131.876.869,92	(92.400.268)
Amortização da Dívida							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
RESERVA DO RPPS							
SUBTOTAL DAS DESPESAS		13.925.921.922,00	13.940.721.922,00	60.985.770.319,65	59.182.088.099,54	59.117.843.486,57	(47.045.048.398)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		13.925.921.922,00	13.940.721.922	60.985.770.320	59.182.088.100	59.117.843.487	(47.045.048.398)
TOTAL		13.925.921.922,00	13.940.721.922	60.985.770.320	59.182.088.100	59.117.843.487	(47.045.048.398)

Fonte: Siafi Web

Balanco Financeiro – BF

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	2022	2021
Receitas Orçamentárias		125.329.425,11	611.096.045,37	Despesas Orçamentárias		60.985.770.319,65	63.467.694.081,55
Ordinárias		-	-	Ordinárias		35.933.904.766,02	37.688.917.057,09
Vinculadas		137.707.033,76	969.197.101,87	Vinculadas	16	25.051.865.553,63	25.778.777.024,46
Educação		35.084.170,68	698.888.741,42	Seguridade Social (Exceto Previdência)		22.314.877.164,66	19.167.771.134,83
Previdência Social (RPPS)		-	-	Previdência Social (RPPS)		1.943.817.083,75	1.887.492.473,08
Alienação de Bens e Direitos		2.315,76	1.736,82	Previdência Social (RGPS)		-	4.440.529.176,29
Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas		102.620.372,89	270.305.231,84	Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas		793.171.305,22	282.984.240,26
Recursos a Classificar		174,43	1.391,79				
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(12.377.608,65)	(358.101.056,50)				
Transferências Financeiras Recebidas	13	181.251.867.648,66	191.617.073.189,13	Transferências Financeiras Concedidas	17	121.481.978.526,30	130.795.503.503,55
Resultantes da Execução Orçamentária		177.936.881.267,55	187.268.439.571,66	Resultantes da Execução Orçamentária		118.909.129.288,10	124.665.107.075,11
Cota Recebida		59.258.993.089,54	62.738.802.978,78	Repassé Concedido		12.152.483,47	10.793.211,53
Repassé Recebido		2.023.660,02	3.726.285,23	Sub-repassé Concedido		118.675.563.914,27	124.519.256.570,53
Sub-repassé Recebido		118.675.563.914,27	124.519.256.570,53	Cota Devolvida		221.112.286,64	128.403.555,93
Sub-repassé Devolvido		300.603,72	6.653.737,12	Sub-repassé Devolvido		300.603,72	6.653.737,12
Independentes da Execução Orçamentária	14	3.314.986.381,11	4.348.633.617,47	Independentes da Execução Orçamentária	14	2.572.849.238,20	6.130.396.428,44
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		2.673.582.821,08	3.026.709.697,62	Transferências Concedidas p/ Pagamento de RP		1.916.171.402,61	2.136.712.257,13
Demais Transferências Recebidas		592.057.278,84	14.483.768,54	Demais Transferências Concedidas		14.346.378,31	10.067.590,10
Movimentação de Saldos Patrimoniais		49.346.281,19	1.307.440.151,31	Movimento de Saldos Patrimoniais		642.331.457,28	3.983.616.581,21
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		2.953.954.870,16	3.877.754.400,60	Pagamentos Extraorçamentários		1.602.110.614,91	1.748.138.766,84
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		64.244.612,97	21.193.563,09	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		21.400.945,52	26.986.997,08
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.803.682.220,11	1.292.448.124,23	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.070.951.395,50	1.150.247.289,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		627.043.799,78	539.925.834,41	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		509.311.701,93	570.632.488,25
Outros Recebimentos Extraorçamentários		458.984.237,30	2.024.186.878,87	Outros Pagamentos Extraorçamentários		446.571,96	271.992,33
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagto		4.586,93	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagto		-	14.385,98
Restituições a Pagar		-	10.567,91	Pagto de Restituições de Exercícios Anteriores		8.954,15	-
Cancelamento de Obrig. do Exercício Anterior		547,99	10.249,13	Valores Compensados		-	719,18
Arrecadação de Outra Unidade	15	458.865.404,12	2.024.166.061,83	Demais Pagamentos		437.617,81	256.887,17
Valores para Compensação		113.698,26	-				
Saldo do Exercício Anterior		1.838.632.972,18	1.744.045.689,02	Saldo para o Exercício Seguinte		2.099.925.455,25	1.838.632.972,18
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.838.632.972,18	1.744.045.689,02	Caixa e Equivalentes de Caixa		2.099.925.455,25	1.838.632.972,18
TOTAL		186.169.784.916,11	197.849.969.324,12	TOTAL		186.169.784.916,11	197.849.969.324,12

Fonte: Siafi Web

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Especificação	NE	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19	715.516.327,27	2.462.286.799,03
INGRESSOS		182.463.220.523,92	194.792.281.947,78
Receita Tributária		92.345.251,64	94.507.459,70
Receita de Contribuições		-	-
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-1.410.122,00	-19.775.805,04
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		36.265.216,74	552.766.840,08
Transferências Recebidas		-1.870.921,27	-16.402.449,37
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-16.402.449,37
Outras Transferências Recebidas		-1.870.921,27	-
Outros Ingressos Operacionais		182.337.891.098,81	194.181.185.902,41
Ingressos Extraorçamentários		627.043.799,78	539.925.834,41
Restituições a Pagar		-	10.567,91
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		547,99	10.249,13
Transferências Financeiras Recebidas		181.251.867.648,66	191.617.073.189,13
Arrecadação de Outra Unidade		458.865.404,12	2.024.166.061,83
Valores para Compensação		113.698,26	-
DESEMBOLSOS		181.747.704.196,65	192.329.995.148,75
Pessoal e Demais Despesas		-57.899.299.269,66	-59.108.302.128,82
Judiciário		-9.359.731.946,76	-9.054.943.202,15
Essencial à Justiça		-470.962,18	-396.566,81
Administração		-15.571,34	-10.297,15
Previdência Social		-2.060.469.356,62	-1.937.808.767,47
Encargos Especiais		-46.478.616.019,69	-48.115.128.909,26
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		4.586,93	-14.385,98
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-1.856.668.126,80	-1.855.299.421,78
Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-1.856.668.126,80	-1.855.299.421,78
Outras Transferências Concedidas		-	-
Outros Desembolsos Operacionais		121.991.736.800,19	131.366.393.598,15

Dispêndios Extraorçamentários		-509.311.701,93	-570.632.488,25
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-8.954,15	
Transferências Financeiras Concedidas		-121.481.978.526,30	-130.795.503.503,55
Valores Compensados			-719,18
Demais Pagamentos		-437.617,81	-256.887,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	19	-454.223.844,20	-2.367.699.515,87
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-454.223.844,20	-2.367.699.515,87
Aquisição de Ativo Não Circulante		-322.009.699,13	-125.538.680,95
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos		-132.214.145,07	-2.242.160.834,92
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		261.292.483,07	94.587.283,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	18	1.838.632.972,18	1.744.045.689,02
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2.099.925.455,25	1.838.632.972,18

Fonte: Siafi Web

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 - BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores

ATIVO	2022	2021	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE	2.344.484.098	2.036.347.937	15,13%	26,83%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.099.925.455	1.838.632.972	14,21%	24,03%
Créditos a Curto Prazo	183.163.006	144.368.872	26,87%	2,10%
Demais Créditos e Valores	186.006.006	145.503.871	27,84%	2,13%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-2.843.000	-1.135.000	150,48%	-0,03%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0	0	0,00%	0,00%
Estoques	38.230.172	40.627.260	-5,90%	0,44%
VPDs Pagas Antecipadamente	23.165.465	12.718.833	82,14%	0,27%
TOTAL DO ATIVO	8.738.435.735	7.908.845.202	10,49%	100%

Dentre as contas que compõem os “Demais Créditos e Valores”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 4º trimestre de 2022 foi a de **Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada**, respondendo por 34,8% do total, conforme abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	VALOR (R\$)	%
Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada	64.727.090	34,8%
13 Salário Adiantamento	47.668.989	25,6%
Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado	17.461.852	9,4%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	13.785.877	7,4%
Adiantamento a Fornecedores	12.763.233	6,9%
Adiantamento de Férias	10.189.583	5,5%
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	9.918.172	5,3%
Créditos a Receber de Acerto Financeiro c/Servidor/Ex Servidor	7.605.861	4,1%
Outros	1.885.349	1,0%
TOTAL	186.006.006	100,0%

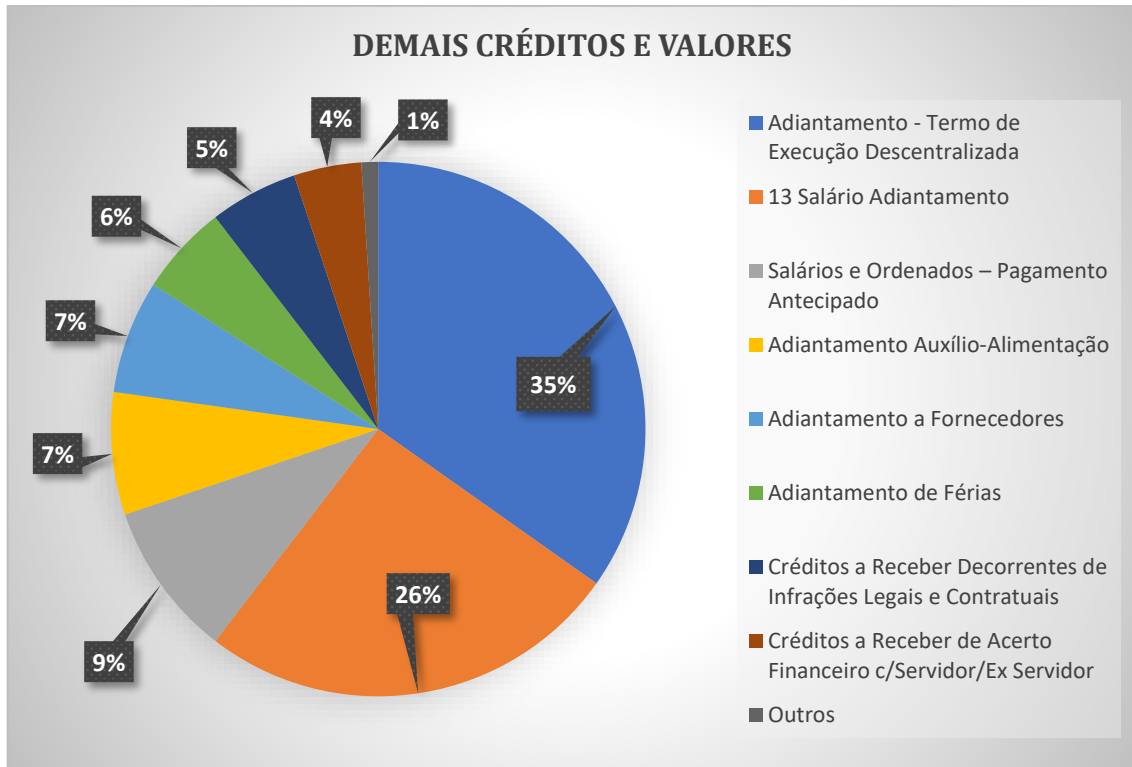


Gráfico 1

NOTA 2 - BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores

ATIVO	2022	2021	AH	AV
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.393.951.638	5.872.497.265	8,88%	73,17%
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.627.451	1.851.432	149,94%	0,05%
Créditos a Longo Prazo	4.627.452	1.851.432	149,94%	0,05%
Demais Créditos e Valores	4.627.453	2.426.541	90,70%	0,05%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a LP	0	-575.109	-	0,00%
TOTAL DO ATIVO	8.738.435.735	7.908.845.202	10,49%	100,00%

Dentre as contas que compõem “Demais Créditos e Valores”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 4º trimestre de 2022 foi a de “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações”, respondendo por 70,13% do total do Créditos a Longo Prazo, conforme abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	VALOR (R\$)	%
Crédito por Concessão Direito Uso/Exploração	2.211.807	47,80%
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	1.422.025	30,73%
Indenizações a Receber	426.078	9,21%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	425.514	9,20%
Crédito a Receber por Acerto Financ C/Serv e Ex-Serv	142.028	3,07%
TOTAL	4.627.451	100,00%

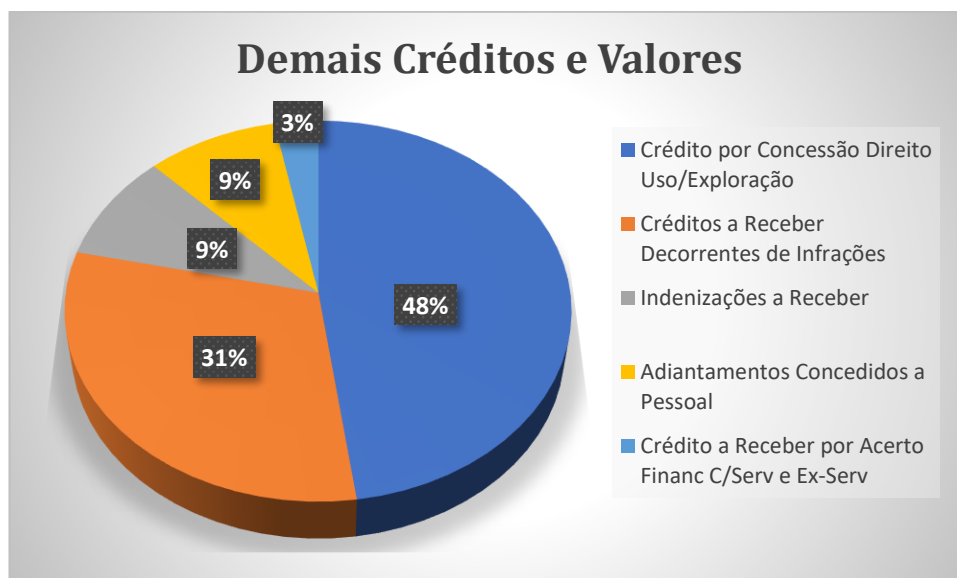


Gráfico 2

NOTA 3 - BP - ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis

ATIVO	2022	2021	AH	AV
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.393.951.638	5.872.497.265	8,88%	73,17%
Imobilizado	6.213.248.465	5.709.170.727	8,83%	71,10%
Bens Móveis	705.344.797	676.850.189	4,21%	8,07%
Bens Móveis	1.499.385.967	1.433.665.911	4,58%	17,16%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-794.041.171	-756.815.722	4,92%	-9,09%
Bens Imóveis	5.507.903.668	5.032.320.538	9,45%	63,03%
Bens Imóveis	5.522.814.992	5.093.983.763	8,42%	63,20%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-14.911.323	-61.663.225	-75,82%	-0,17%
TOTAL DO ATIVO	8.738.435.735	7.908.845.202	10,49%	100,00%

O Imobilizado, que representa 97,17% do total do Ativo Não Circulante, é composto por 11,35% de Bens Móveis e 88,65% de Bens Imóveis, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2022	AV
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.627.451	0,07%
Investimentos	9	0,00%
Imobilizado	6.213.248.465	97,17%
Intangível	176.075.712	2,75%
Total	6.393.951.638	100,00%

IMOBILIZADO (Líquido de Depreciação Acumulada)	2022	%
Bens Móveis	705.344.797	11,35%
Bens Imóveis	5.507.903.668	88,65%
TOTAL	6.213.248.465	100,00%

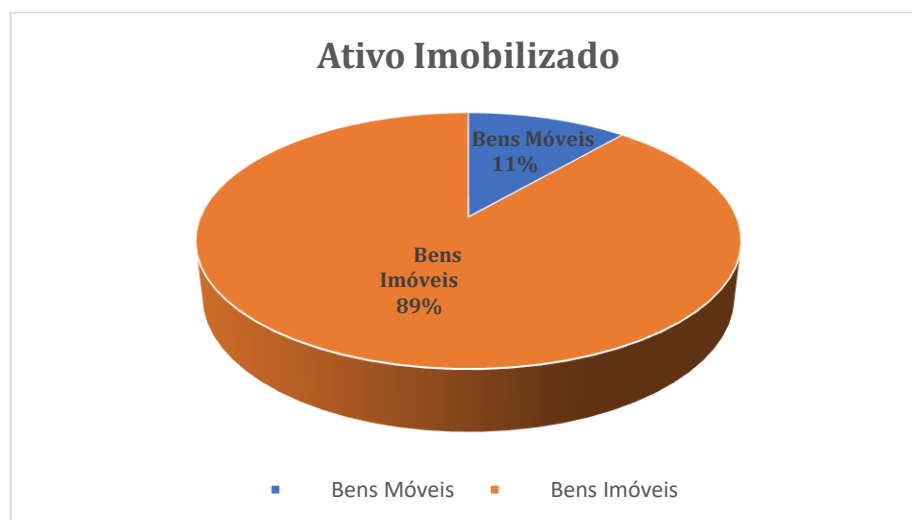


Gráfico 3

A Justiça Federal atualmente possui registrado um total bruto de R\$ 5.522.814.991,60 em Bens Imóveis. A maior concentração está em edifícios, conforme a seguir demonstrado:

BENS IMÓVEIS (valores brutos por conta)	2022	%
Edifícios	4.085.580.822,27	73,98%
Obras em Andamento	348.965.150,09	6,32%
Terrenos/Glebas	492.030.183,22	8,91%
Bens Imóveis a Classificar/Registrar	224.174.931,17	4,06%
Armazens/Galpões	163.855.897,70	2,97%
Demais Imóveis	208.208.007,15	3,77%
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	5.522.814.991,60	100,00%
Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	14.911.323,40	-
TOTAL DE BENS IMÓVEIS (Valor líquido)	5.507.903.668,20	-

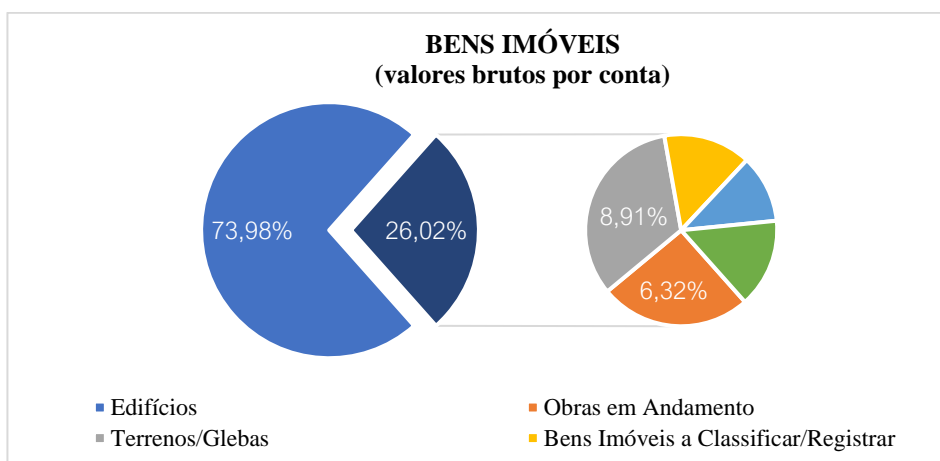


Gráfico 4

Outra possibilidade de visualizar a composição dos itens que compõem os Bens Imóveis da Justiça Federal, encontra-se no quadro a seguir:

Bens Imóveis (valores brutos por item)	2022	%
Bens de Uso Especial Registrados no Spiunet	4.816.406.916,96	87,21%
Bens Imóveis em Andamento	365.851.922,07	6,62%
Demais Bens Imóveis	224.174.931,17	4,06%
Instalações	69.887.095,16	1,27%
Bens de Uso Especial Não Registrados no Spiunet	38.550.212,90	0,70%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	7.943.913,34	0,14%
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	5.522.814.991,60	100,00%
Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	14.911.323,40	-
TOTAL DE BENS IMÓVEIS (Valor líquido)	5.507.903.668,20	-

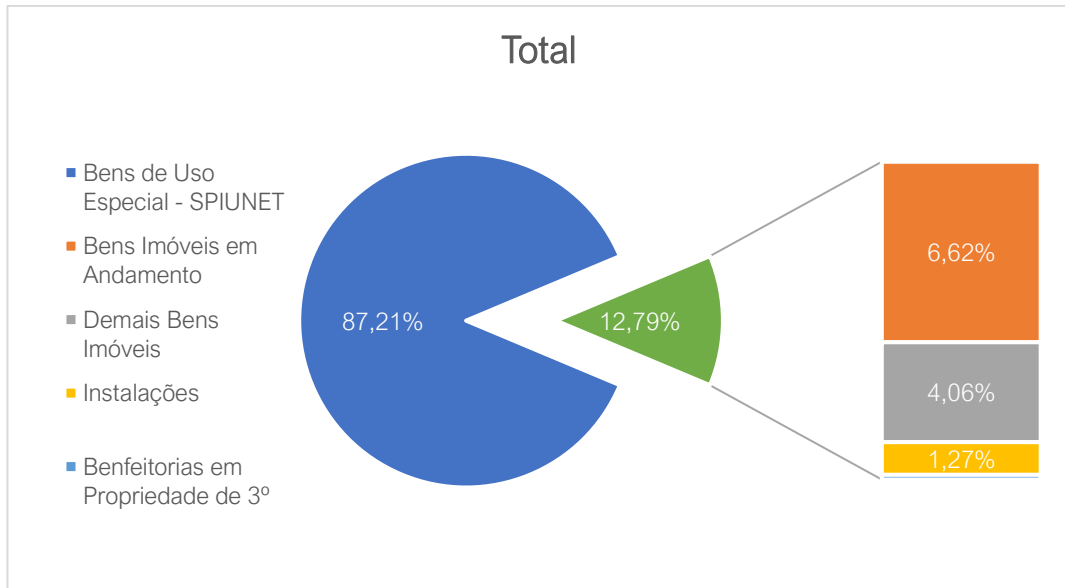


Gráfico 5

Do total de R\$ 4.085.580.822,27 que a Justiça Federal possui registrado em “Edifícios”, que corresponde a 73,98% do total dos Bens Imóveis, verifica-se que a 3ª Região concentra a maior parcela, seguida pela 4ª e 1ª Regiões, respectivamente, conforme abaixo:

EDIFÍCIOS (POR REGIÃO)	2022	%
3ª Região	927.759.427,75	22,71%
4ª Região	846.574.649,91	20,72%
1ª Região	836.445.064,95	20,47%
2ª Região	742.190.451,38	18,17%
5ª Região	445.207.017,34	10,90%
6ª Região	211.175.902,99	5,17%
Conselho da Justiça Federal	76.228.307,95	1,87%
TOTAL DE EDIFÍCIOS	4.085.580.822,27	100,00%

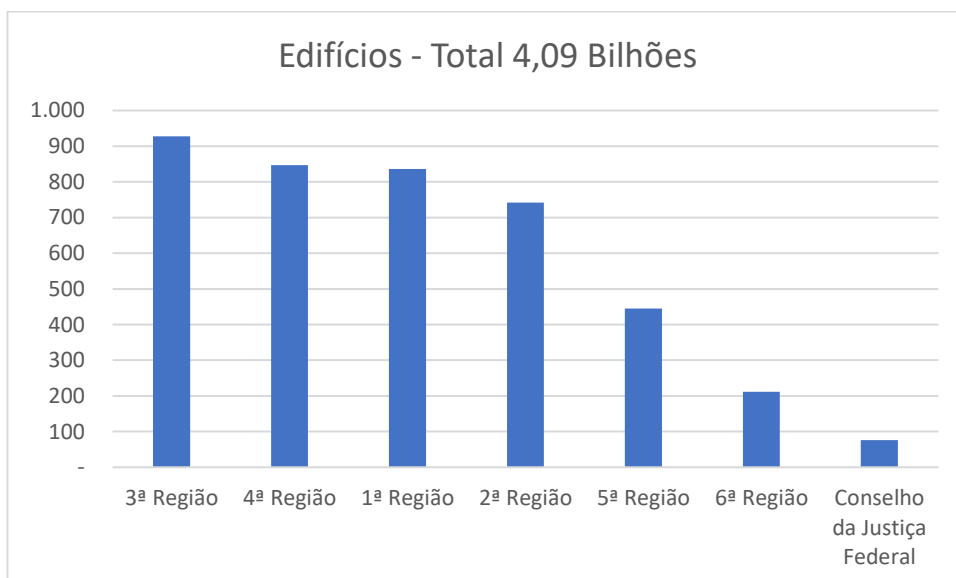


Gráfico 6

NOTA 4 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

PASSIVO	2022	2021	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	2.704.873.554	1.791.312.871	51,0%	30,95%
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	2.371.843.330	1.541.653.419	53,9%	27,14%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	22.796.793	12.907.479	76,6%	0,26%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	804	0	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	24.233.349	24.038.504	0,8%	0,28%
Demais Obrigações a Curto Prazo	285.999.278	212.713.469	34,5%	3,27%
TOTAL DO PASSIVO	8.738.435.735	7.908.845.202	10,49%	100,00%

A variação de 53,9% na conta “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” decorre de valores inscritos em Restos a Pagar para o pagamento de Precatórios de Benefícios Previdenciários.

Verifica-se que o item “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” corresponde a 87,69% do total do Passivo Circulante da Justiça Federal, no 4º Trimestre de 2022, conforme a seguir demonstrado:

PASSIVO	2022	AV
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	2.371.843.330	87,69%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	22.796.793	0,84%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	804	0,00%
Provisões a Curto Prazo	24.233.349	0,90%
Demais Obrigações a Curto Prazo	285.999.278	10,57%
Total	2.704.873.554	100,00%

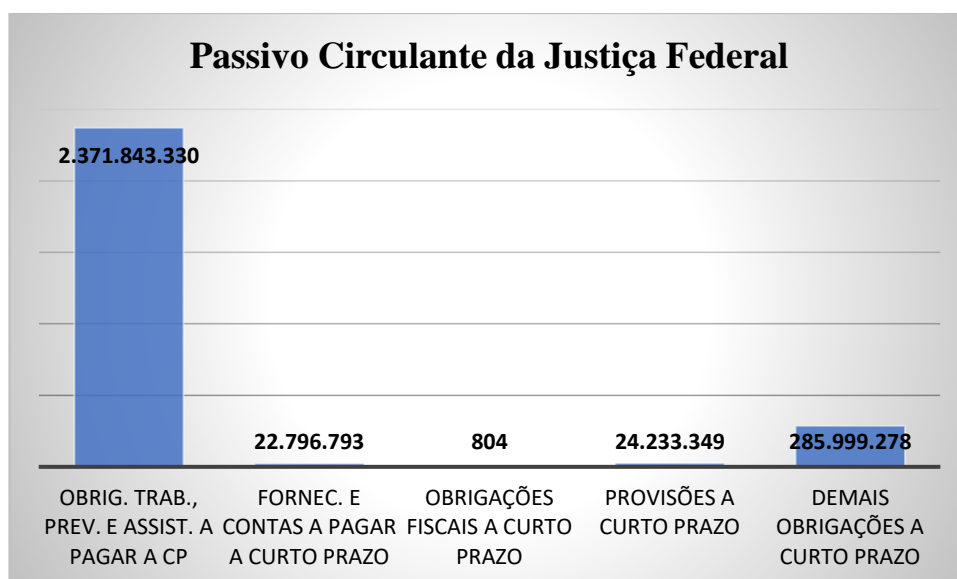


Gráfico 7

O item “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” está composto da seguinte maneira:

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	2022	%
Pessoal a Pagar	1.172.305.835,47	49,43%
Benefícios Previdenciários a Pagar	1.125.146.901,07	47,44%
Encargos Sociais a Pagar	74.369.421,10	3,14%
Benefícios Assistenciais a Pagar	21.172,22	0,00%
Total	2.371.843.329,86	100,00%

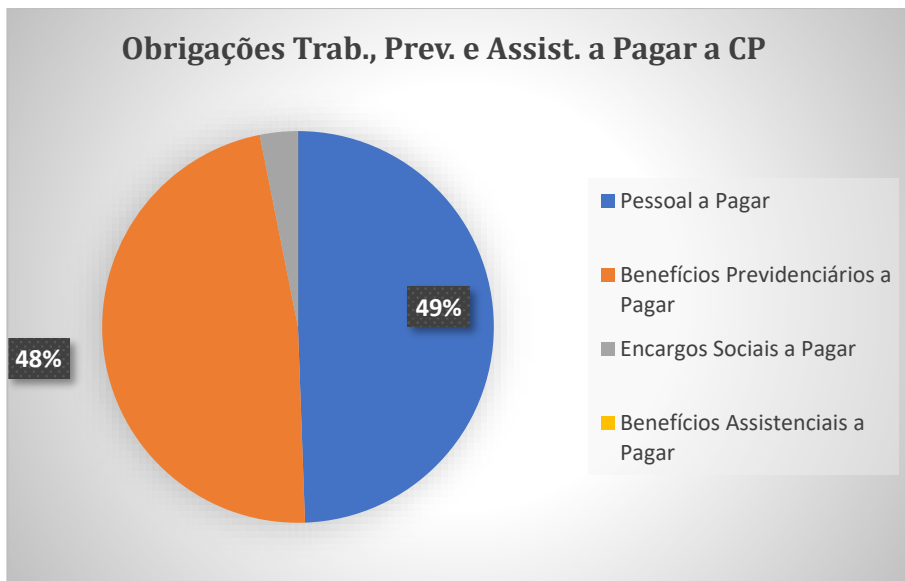


Gráfico 8

NOTA 5 - BP - PASSIVO CIRCULANTE - Provisões a Curto Prazo

PASSIVO	2022	2021	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	2.704.873.554	1.791.312.871	51,0%	30,95%
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	2.371.843.330	1.541.653.419	53,9%	27,14%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	22.796.793	12.907.479	76,6%	0,26%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	804	0	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	24.233.349	24.038.504	0,8%	0,28%
Demais Obrigações a Curto Prazo	285.999.278	212.713.469	34,5%	3,27%
TOTAL DO PASSIVO	8.738.435.735	7.908.845.202	11,25%	100,00%

PASSIVO	2022	AV
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	2.371.843.330	87,69%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	22.796.793	0,84%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	804	0,00%
Provisões a Curto Prazo	24.233.349	0,90%
Demais Obrigações a Curto Prazo	285.999.278	10,57%
Total	2.704.873.554	100,00%

Verifica-se que as Provisões a Curto Prazo representam 0,90% do total do Passivo Circulante. O valor corresponde a estimativas realizadas pelas unidades do TRF da 1ª Região (R\$ 19.233.348,65) e TRF da 6ª Região (R\$ 5.000.000,00) relativas à prestação de serviços médicos e odontológicos - AMOS PRÓ-SOCIAL, dos valores a pagar que serão empenhados no exercício de 2023.

NOTA 6 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo

PASSIVO	2022	2021	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	2.704.873.554	1.791.312.871	51,0%	30,95%
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	2.371.843.330	1.541.653.419	53,9%	27,14%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	22.796.793	12.907.479	76,6%	0,26%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	804	0	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	24.233.349	24.038.504	0,8%	0,28%
Demais Obrigações a Curto Prazo	285.999.278	212.713.469	34,5%	3,27%
TOTAL DO PASSIVO	8.738.435.735	7.908.845.202	11,25%	100,00%

PASSIVO	2022	AV
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	2.371.843.330	87,69%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	22.796.793	0,84%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	804	0,00%
Provisões a Curto Prazo	24.233.349	0,90%
Demais Obrigações a Curto Prazo	285.999.278	10,57%
Total	2.704.873.554	100,00%

Verifica-se que o item “Demais Obrigações a Curto Prazo” corresponde a 10,57% do total do Passivo Circulante. O referido item está composto da forma a seguir demonstrada:

Demais Obrigações a Curto Prazo	2022	%
Valores Restituíveis	184.265.304,11	64,43%
Outras Obrigações a Curto Prazo	101.733.974,14	35,57%
Total	285.999.278,25	100,00%

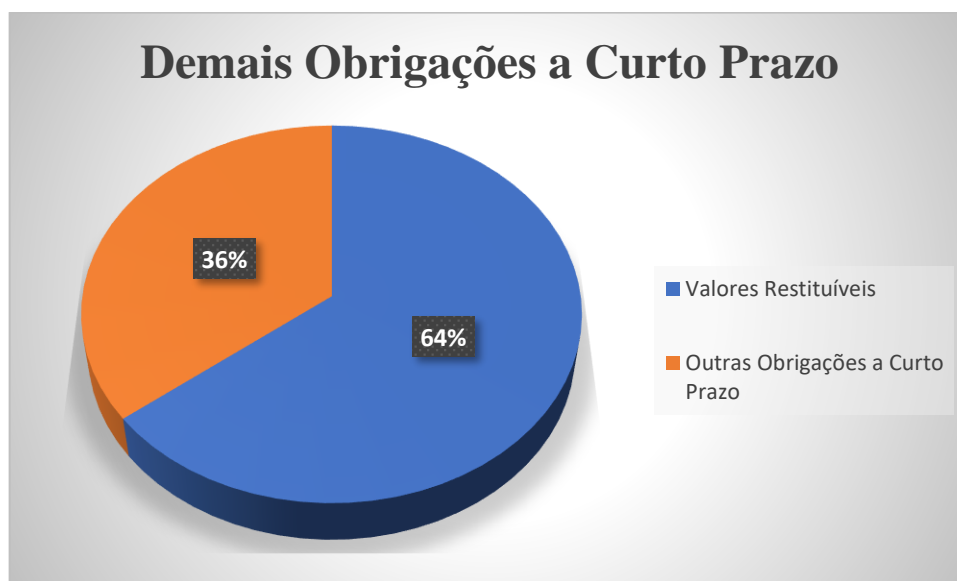


Gráfico 9

NOTA 7 - DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	182.356.735.871,61	195.250.378.365,72	-6,60%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	131.919.904,29	135.085.856,37	-2,34%	0,07%
Contribuições	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	164.882.925,05	194.696.892,22	-15,31%	0,09%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.766.656,24	177.612,21	1457,69%	0,00%
Juros e Encargos de Mora	2.760.614,39	59.521,98	4537,97%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	6.041,85	118.090,23	-94,88%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	181.297.486.496,75	191.627.559.669,71	-5,39%	99,42%
Transferências Intragovernamentais	181.251.867.648,66	191.617.073.189,13	-5,41%	99,39%
Transferências Intergovernamentais	55.294,14	21.926,28	152,18%	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	45.563.553,95	10.464.554,30	335,41%	0,02%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	455.788.017,91	948.086.070,28	-51,93%	0,25%
Reavaliação de Ativos	284.928.908,23	322.840.724,53	-11,74%	0,16%
Ganhos com Alienação	22.294,77	-	-	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	62.947.248,25	126.949.249,50	-50,42%	0,03%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	107.889.566,66	498.296.096,25	-78,35%	0,06%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	303.891.871,37	2.344.772.264,93	-87,04%	0,17%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	518.341,81	129.872,68	299,12%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	303.373.529,56	2.344.642.392,25	-87,06%	0,17%

Do quadro acima verifica-se que dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Recebidas”, a qual representa 99,42% do total.

A quase totalidade das Transferências e Delegações Recebidas advém de Transferências Intragovernamentais (99,97%), conforme demonstrado abaixo:

Transferências e Delegações Recebidas	2022	%
Transferências Intragovernamentais	181.251.867.648,66	99,97%
Transferências Intergovernamentais	55.294,14	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	45.563.553,95	0,03%
Total	181.297.486.496,75	100,00%

O total das Transferências Intragovernamentais, por seu turno, é composto por 65,48% de Sub-repasse Recebido e 32,69% de Cota Recebida, conforme a seguir demonstrado:

Transferências Intragovernamentais	2022	%
Sub-Repasse Recebido	118.675.563.914,27	65,48%
Cota Recebida	59.258.993.089,54	32,69%
Outros	3.317.310.644,85	1,83%
Total	181.251.867.648,66	100,00%

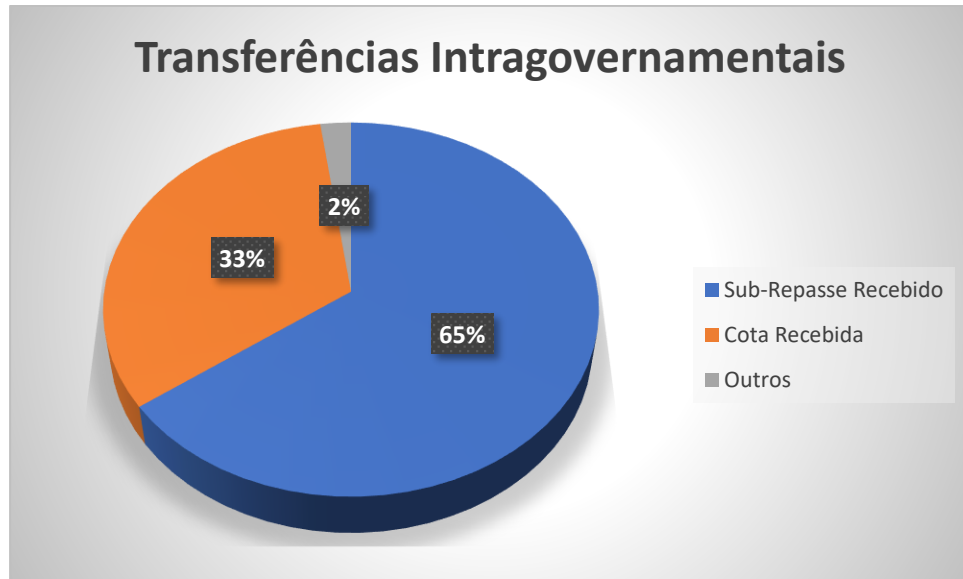


Gráfico 10

NOTA 8 - DVP - VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	182.356.735.871,61	195.250.378.365,72	-6,60%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	131.919.904,29	135.085.856,37	-2,34%	0,07%
Contribuições	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	164.882.925,05	194.696.892,22	-15,31%	0,09%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.766.656,24	177.612,21	1457,69%	0,00%
Juros e Encargos de Mora	2.760.614,39	59.521,98	4537,97%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	6.041,85	118.090,23	-94,88%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	181.297.486.496,75	191.627.559.669,71	-5,39%	99,42%
Transferências Intragovernamentais	181.251.867.648,66	191.617.073.189,13	-5,41%	99,39%
Transferências Intergovernamentais	55.294,14	21.926,28	152,18%	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	45.563.553,95	10.464.554,30	335,41%	0,02%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	455.788.017,91	948.086.070,28	-51,93%	0,25%
Reavaliação de Ativos	284.928.908,23	322.840.724,53	-11,74%	0,16%
Ganhos com Alienação	22.294,77	-	-	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	62.947.248,25	126.949.249,50	-50,42%	0,03%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	107.889.566,66	498.296.096,25	-78,35%	0,06%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	303.891.871,37	2.344.772.264,93	-87,04%	0,17%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	518.341,81	129.872,68	299,12%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	303.373.529,56	2.344.642.392,25	-87,06%	0,17%

Do grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” o item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” corresponde a praticamente o total:

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2022	%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	518.341,81	0,17%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	303.373.529,56	99,83%
Total	303.891.871,37	100,00%

O valor do item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas”, por sua vez, é composto majoritariamente por “Restituições”, responsável por quase a totalidade dos lançamentos, 90,13%, ou R\$ 231 milhões, aproximadamente, conforme demonstrado a seguir:

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2022	%
Restituições	259.650.229,65	85,59%
Multas Administrativas	18.978.040,73	6,26%
Indenizações	3.472.522,48	1,14%
Fatos Geradores Diversos	21.149.037,64	6,97%
Produção de Energia Elétrica para Consumo Próprio (1ª Região)	123.699,06	0,04%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	303.373.529,56	100,00%

O valor de “Restituições”, por Região, está demonstrado a seguir:

Restituições	2022	%
Conselho da Justiça Federal	967.625,45	0,37%
1ª Região	91.693.573,28	35,31%
2ª Região	41.619.346,20	16,03%
3ª Região	42.141.568,29	16,23%
4ª Região	29.304.072,75	11,29%
5ª Região	48.515.754,52	18,69%
6ª Região	5.408.289,16	2,08%
Total	259.650.229,65	100,00%

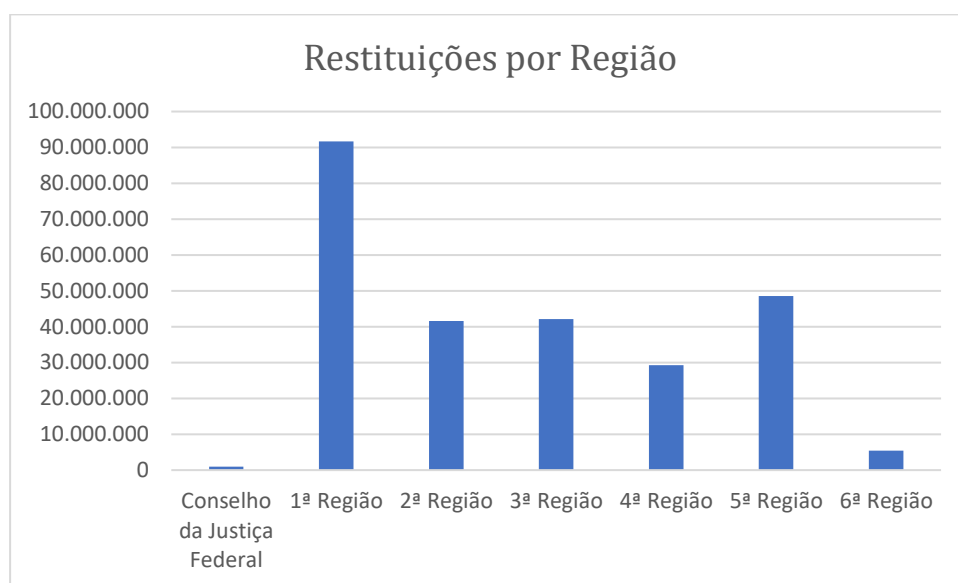


Gráfico 11

NOTA 9 - DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas

Especificação	2022	2021	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	182.193.968.405,62	194.127.456.993,57	-6,15%	100,00%
Pessoal e Encargos	9.621.582.218,22	9.399.314.098,10	2,36%	5,28%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.202.428.424,23	1.987.627.935,62	10,81%	1,21%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.614.838.631,91	1.310.961.184,57	23,18%	0,89%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	104.839,71	724.738,63	-85,53%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	121.522.386.833,76	130.817.163.834,19	-7,11%	66,70%
Transferências Intragovernamentais	121.482.431.679,40	130.795.699.320,69	-7,12%	66,68%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	39.955.154,36	21.464.513,50	86,15%	0,02%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	47.154.741.283,14	50.540.793.234,14	-6,70%	25,88%
Tributárias	45.929.810,12	43.978.353,90	4,44%	0,03%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	31.956.364,53	26.893.614,42	18,83%	0,02%

Dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Concedidas”, com 66,70% do total.

Transferências e Delegações Concedidas	2022	%
Transferências Intragovernamentais	121.482.431.679,40	66,68%
Repass e Sub-Repass Concedido	118.687.716.397,74	65,14%
Transferências Conced. p/ Pagamento de RP	1.916.171.402,61	1,05%
Demais Transferências Intragovernamentais	878.543.879,05	0,48%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	39.955.154,36	0,02%
Total	121.522.386.833,76	66,70%

Variações Patrimoniais Diminutivas	182.193.968.405,62	100,00%
---	---------------------------	----------------

Em relação ao total de Transferências Intragovernamentais, os Repasses e Sub-Repasses concedidos correspondem a 97,70%, e as Transferências Concedidas para Pagamento de RP representam 1,58%:

Transferências Intragovernamentais	2022	%
Repass e Sub-Repass Concedido	118.687.716.397,74	97,70%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.916.171.402,61	1,58%
Demais Transferências	878.543.879,05	0,72%
Total	121.482.431.679,40	100,00%

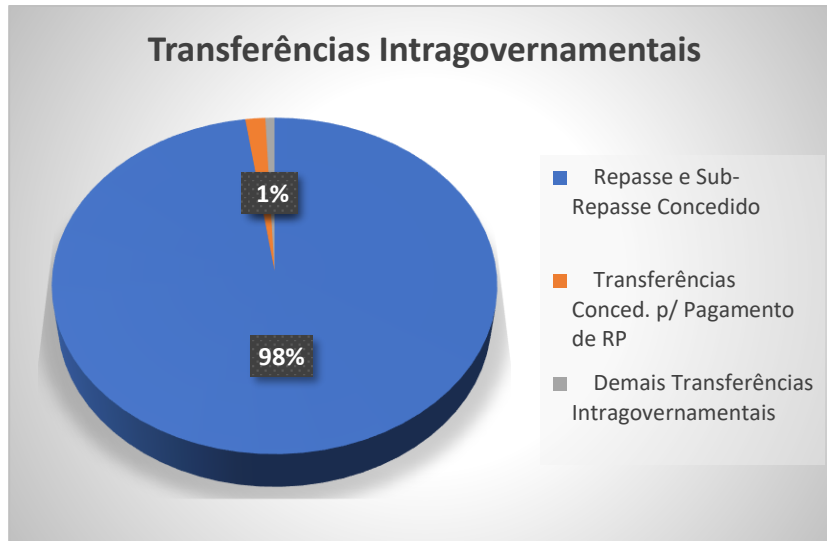


Gráfico 12

NOTA 10 - DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Especificação	2022	2021	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	182.193.968.405,62	194.127.456.993,57	-6,15%	100,00%
Pessoal e Encargos	9.621.582.218,22	9.399.314.098,10	2,36%	5,28%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.202.428.424,23	1.987.627.935,62	10,81%	1,21%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.614.838.631,91	1.310.961.184,57	23,18%	0,89%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	104.839,71	724.738,63	-85,53%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	121.522.386.833,76	130.817.163.834,19	-7,11%	66,70%
Transferências Intragovernamentais	121.482.431.679,40	130.795.699.320,69	-7,12%	66,68%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	39.955.154,36	21.464.513,50	86,15%	0,02%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	47.154.741.283,14	50.540.793.234,14	-6,70%	25,88%
Tributárias	45.929.810,12	43.978.353,90	4,44%	0,03%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	31.956.364,53	26.893.614,42	18,83%	0,02%

A conta Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, que representa 25,88% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, é composta, em sua maioria por “Incorporação de Passivos”, relativos à transferência de precatórios e RPVs das unidades devedoras para a Justiça Federal, a quem cabe a realização do pagamento. Essas incorporações de passivos representam 99,82% desse grupo, conforme abaixo:

Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	2022	%
Desincorporação de Ativos	71.635.056,87	0,15%
Incorporação de Passivos	47.070.812.749,75	99,82%
Perdas Involuntárias com Estoques	104.235,84	0,00%
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	2.187.394,05	0,00%
Reavaliação de Bens Imóveis	8.237.707,04	0,02%
Ajuste para Perdas de Demais Créditos a Receber	1.764.139,59	0,00%
Total	47.154.741.283,14	100,00%

O valor da Incorporação de Passivos, por Região, está demonstrado a seguir:

Incorporação de Passivos por Região	2022	%
Conselho da Justiça Federal	252.033,48	0,00%
1ª Região	19.436.620.161,34	41,29%
2ª Região	4.412.889.966,61	9,38%
3ª Região	7.955.419.913,06	16,90%
4ª Região	8.342.200.527,23	17,72%
5ª Região	6.923.430.148,03	14,71%
Total	47.070.812.749,75	100,00%

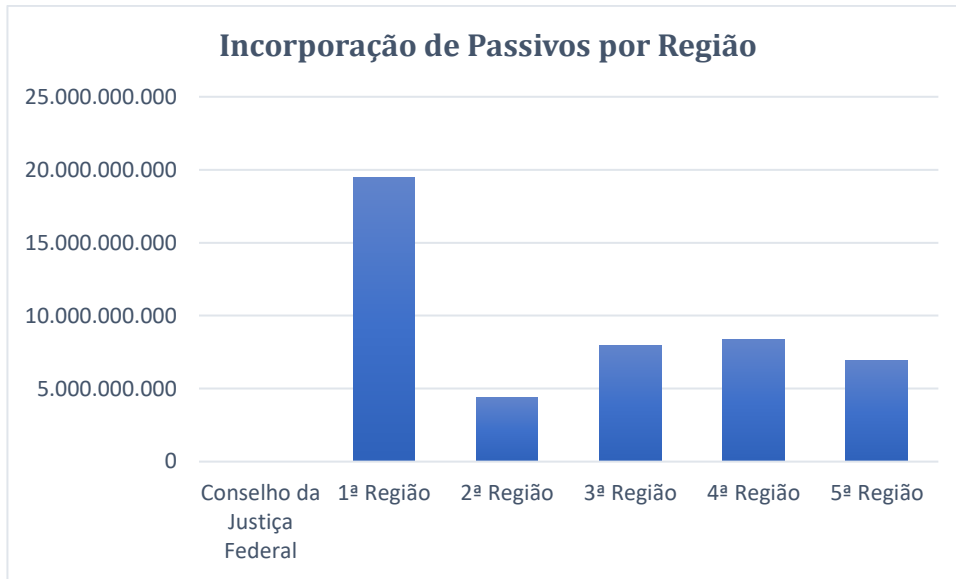


Gráfico 13

NOTA 11 - BO - RECEITAS CORRENTES - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES			125.329.425	125.329.425
Receitas Tributárias			92.345.252	92.345.252
Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços			(1.410.122)	(1.410.122)
Transferências Correntes			(1.870.921)	(1.870.921)
Outras Receitas Correntes			36.265.217	36.265.217
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			36.265.217	36.265.217
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS			125.329.425	125.329.425
REFINANCIAMENTO				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO			125.329.425	125.329.425
DEFICIT			60.860.440.895	60.860.440.895
TOTAL			60.985.770.320	60.985.770.320

O cancelamento dos precatórios e RPV, em virtude da edição da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, gerou impacto no Balanço Orçamentário da Justiça Federal. Nesse contexto, o item “Outras Receitas Correntes - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, alcançou, no 4º trimestre de 2022, o valor de R\$ 36.265.217 de recursos arrecadados e registrados no BO por meio do Cód. Recolhimento de GRU nº 18898-0 - STN DEV.PRECATORIO CANCELADO - LEI 13.463/17 e 18899-0 - STN DEV.RPV CANCELADO - LEI 13.463/17.

Contudo, esse valor não representa a totalidade dos recursos arrecadados em função da lei, tendo em vista que a maior parte é registrada diretamente no patrimônio da Fazenda Nacional.

É importante frisar que em virtude da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5755, de 30/06/2022, a partir da referida data não houve mais cancelamento de precatórios cujos valores não tenham sido sacados pelos credores no prazo de dois anos, conforme determinava o art. 2º da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017.

Do total das Receitas Realizadas 65,1% são Tributárias e 34,81% foram derivadas de Restituições, conforme demonstrado a seguir:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS REALIZADAS	%
Receitas Tributárias	92.345.252	73,68%
Receitas de Serviços	-1.410.122	-1,13%
Transferências Correntes	-1.870.921	-1,49%
Outras Receitas Correntes	36.265.217	28,94%
Total	125.329.425,11	100,00%

Os valores de Restituição Depósito de Sentenças Judiciais não Sacados por Região estão apresentados no quadro a seguir:

Restituição Deposito de Sentenças Judiciais não Sacados	2022	%
1ª Região	12.912.128,75	35,60%
2ª Região	6.078.824,95	16,76%
3ª Região	5.749.906,44	15,86%
4ª Região	3.159.462,13	8,71%
5ª Região	8.364.894,47	23,07%
Total	36.265.216,74	100,00%

NOTA 12 - BO – DESPESAS CORRENTES

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
DESPESAS CORRENTES	13.457.451.625,00	60.486.461.099,14	-47.029.009.474,14	449,46%
Pessoal e Encargos Sociais	11.323.682.034,00	20.819.739.657,71	-9.496.057.623,71	183,86%
Outras Despesas Correntes	2.133.769.591,00	39.666.721.441,43	-37.532.951.850,43	1859,00%
DESPESAS DE CAPITAL	483.270.297,00	499.309.220,51	-16.038.923,51	103,32%
Investimentos	442.001.797,00	365.640.452,35	76.361.344,65	82,72%
Inversões Financeiras	41.268.500,00	133.668.768,16	-92.400.268,16	323,90%
TOTAL	13.940.721.922,00	60.985.770.319,65	-47.045.048.397,65	437,46%

Em primeira análise, a execução das despesas correntes apresenta o percentual de 437,46% das despesas fixadas pela Lei Orçamentária Anual - LOA (dotação). No entanto, dentro deste percentual, consta a execução de Precatórios e RPVs, nas unidades da Justiça Federal, com dotação proveniente de outras unidades orçamentárias da União.

O grupo “Pessoal e Encargos” encontra-se negativo em razão de conter despesas empenhadas no valor de R\$ 9.581.939.982,82 referente à execução de precatórios e RPVs.

O saldo da dotação de “Outras Despesas Correntes” encontra-se negativo em razão da execução de outras unidades orçamentárias, em sua maioria de precatórios e RPVs, no valor de R\$ 37.698.213.786,04, sem o respectivo destaque recebido.

O saldo da dotação de “Inversões Financeiras” encontra-se negativo em razão de despesas empenhadas no valor de R\$ 92.400.268,16, referente à execução de precatórios e RPVs.

Assim, caso desconsideremos esses valores, as despesas são ajustadas para o patamar abaixo:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
DESPESAS CORRENTES	13.457.451.625,00	13.206.307.330,28	251.144.294,72	98,13%
Pessoal e Encargos Sociais	11.323.682.034,00	11.237.799.674,89	85.882.359,11	99,24%
Outras Despesas Correntes	2.133.769.591,00	1.968.507.655,39	165.261.935,61	92,25%
DESPESAS DE CAPITAL	483.270.297,00	406.908.952,35	76.361.344,65	84,20%
Investimentos	442.001.797,00	365.640.452,35	76.361.344,65	82,72%
Inversões Financeiras	41.268.500,00	41.268.500,00	0,00	100,00%
TOTAL	13.940.721.922,00	13.613.216.282,63	327.505.639,37	97,65%

NOTA 13 - BF - INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH	AV
Transferências Financeiras Recebidas	181.251.867.648,66	191.617.073.189,13	-5,41%	97,36%
Resultantes da Execução Orçamentária	177.936.881.267,55	187.268.439.571,66	-4,98%	95,58%
Cota Recebida	59.258.993.089,54	62.738.802.978,78	-5,55%	31,83%
Repasso Recebido	2.023.660,02	3.726.285,23	-45,69%	0,00%
Sub-repasso Recebido	118.675.563.914,27	124.519.256.570,53	-4,69%	63,75%
Sub-repasso Devolvido	300.603,72	6.653.737,12	-95,48%	0,00%
TOTAL DE INGRESSOS	186.169.784.916,11	197.849.969.324,12	-5,90%	100,00%

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) é possível identificar que as “Transferências Financeiras Recebidas” representam a maior parte dos ingressos apurados, correspondentes a 97,36%. É composta, principalmente, pelo movimento das contas de “Cotas Recebidas” e “Sub-repasso Recebido”, conforme demonstrado a seguir:

Resultantes da Execução Orçamentária	2022	%
Cota Recebida	59.258.993.089,54	33,3%
Repasso Recebido	2.023.660,02	0,0%
Sub-repasso Recebido	118.675.563.914,27	66,7%
Sub-repasso Devolvido	300.603,72	0,0%
Total	177.936.881.267,55	100,00%

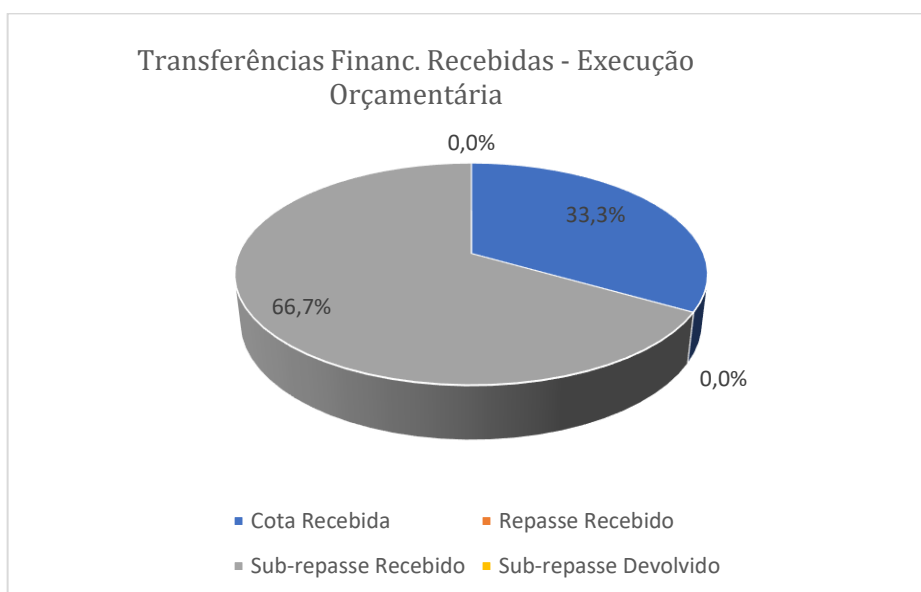


Gráfico 14

A variação de ambas é resultado da movimentação financeira necessária ao pagamento de precatórios e de RPV.

NOTA 14 – BF – Transferências Recebidas e Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH	AV
Transferências Financeiras Recebidas	181.251.867.648,66	191.617.073.189,13	-5,41%	97,36%
Independentes da Execução Orçamentária	3.314.986.381,11	4.348.633.617,47	-23,77%	1,78%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.673.582.821,08	3.026.709.697,62	-11,67%	1,44%
Demais Transferências Recebidas	592.057.278,84	14.483.768,54	3987,73%	0,32%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	49.346.281,19	1.307.440.151,31	-96,23%	0,03%
TOTAL DE INGRESSOS	186.169.784.916,11	197.849.969.324,12	-5,90%	100,00%

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH	AV
Transferências Financeiras Concedidas	121.481.978.526,30	130.795.503.503,55	-7,12%	65,25%
Independentes da Execução Orçamentária	2.572.849.238,20	6.130.396.428,44	-58,03%	1,38%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.916.171.402,61	2.136.712.257,13	-10,32%	1,03%
Demais Transferências Concedidas	14.346.378,31	10.067.590,10	42,50%	0,01%
Movimento de Saldos Patrimoniais	642.331.457,28	3.983.616.581,21	-83,88%	0,35%
TOTAL DE INGRESSOS	186.169.784.916,11	197.849.969.324,12	-5,90%	100,00%

Os valores relativos às Transferências Recebidas e Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar são, em sua maioria, relacionados às movimentações financeiras necessárias para o pagamento de Precatórios e RPVs.

No entanto, ressalta-se que o processo de pagamento de tais obrigações exige que os recursos financeiros transitem por diversas unidades da Justiça Federal até chegar às chamadas UGs de Precatórios, que efetuarão os pagamentos. Com isso, tais movimentações geram registros contábeis de transferências recebidas/concedidas a cada vez que transitam pelas unidades, acarretando, dessa forma, valor expressivo na conta consolidada do Órgão.

NOTA 15 - BF - INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários – Arrecadação de Outra Unidade

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH	AV
Recebimentos Extraorçamentários	2.953.954.870,16	3.877.754.400,60	-23,82%	1,59%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	458.984.237,30	2.024.186.878,87	-77,33%	0,25%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	4.586,93	-	-	0,00%
Restituições a Pagar	-	10.567,91	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	547,99	10.249,13	-94,65%	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	458.865.404,12	2.024.166.061,83	-77,33%	0,25%
Valores para Compensação	113.698,26	-	-	0,00%
TOTAL DE INGRESSOS	186.169.784.916,11	197.849.969.324,12	-5,90%	100,00%

INGRESSOS		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2022	AV
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	4.586,93	0,00%
Restituições a Pagar	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	547,99	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	458.865.404,12	99,97%
Valores para Compensação	113.698,26	0,02%
Demais Recebimentos	-	-
Total	458.984.237,30	100,00%

Dentre os grupos que compõem os “Recebimentos Extraorçamentários”, cabe analisar os registros que integram o saldo de “Arrecadação de Outra Unidade”. Essa conta representa o montante financeiro arrecadado pela Justiça Federal, pertencente à receita orçamentária de outras unidades. No 4º trimestre de 2022 a “Arrecadação de Outra Unidade” alcançou o valor total de R\$ 458.865.404,12, distribuído pelas seguintes Naturezas de Receita:

Arrecadação de Outra Unidade por Natureza de Receita	2022	%
Convênio Depósitos Judiciais	150.000.000,00	32,69%
Restit. Sentenças ã Sacadas	108.786.959,40	23,71%
Restit. Exercícios Anteriores	53.496.829,30	11,66%
Ressarcimento de Custos	49.495.006,54	10,79%
Emolumentos e Custas	39.575.890,95	8,62%
Outras Receitas	57.510.717,93	12,53%
Total	458.865.404,12	100,00%

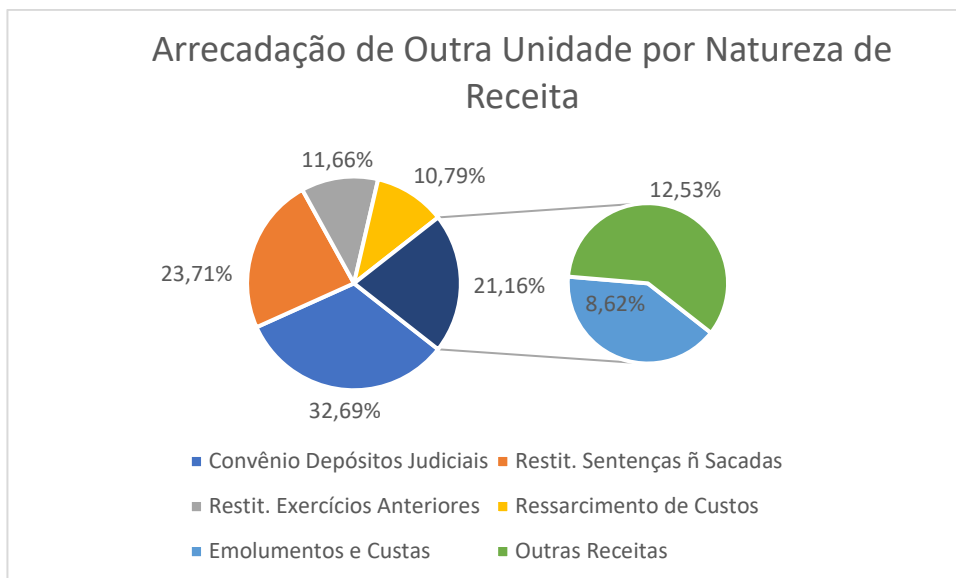


Gráfico 15

Ressalta-se que os valores registrados como “Arrecadação de Outra Unidade” correspondem à arrecadação realizada por nossas unidades na fonte 00 - Recursos Ordinários, a qual é registrada como receita realizada diretamente na Fazenda Nacional

O quadro abaixo demonstra a composição do saldo da conta “Controle de Arrecadação na Unidade Arrecadora” por fonte de recursos, conforme demonstrado a seguir:

Controle da Arrec. na Unidade Arrecadora por Fonte	2022	%
Recursos de Convênios	-1.870.921,27	-0,32%
Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	-1.410.122,00	-0,24%
Títulos de Responsabilidade do TN	15.283.579,55	2,62%
Rec.Vinc. - Políticas Púb.Específicas	36.265.216,74	6,21%
Custas Judiciais	92.345.251,64	15,81%
Recursos Primários de Livre Aplicação	443.581.824,57	75,93%
Total Geral	584.194.829,23	100,00%

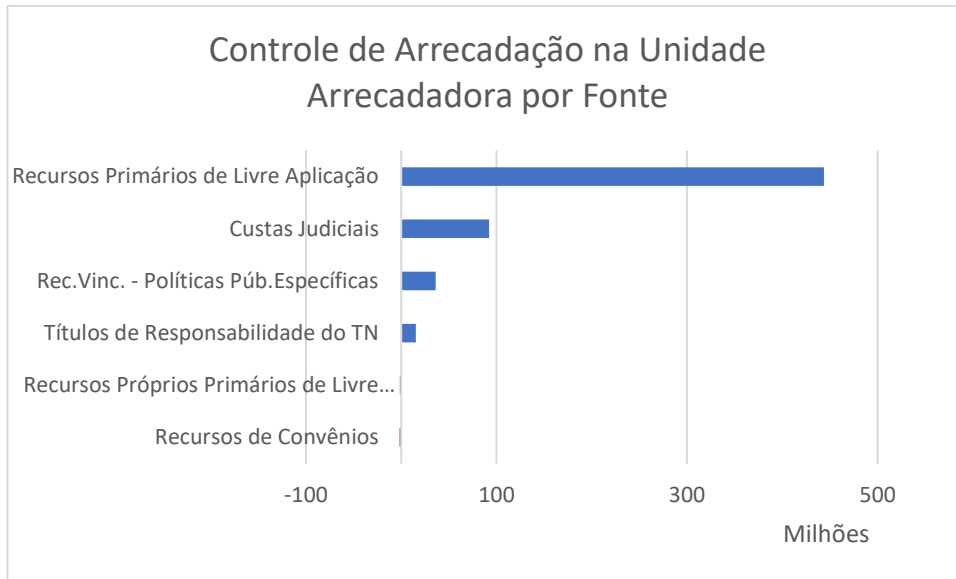


Gráfico 16

NOTA 16 - BF - DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH	AV
Despesas Orçamentárias	60.985.770.319,65	63.467.694.081,55	-3,91%	39,38%
Ordinárias	35.933.904.766,02	37.688.917.057,09	-4,66%	23,21%
Vinculadas	25.051.865.553,63	25.778.777.024,46	-2,82%	16,18%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	22.314.877.164,66	19.167.771.134,83	16,42%	14,41%
Previdência Social (RPPS)	1.943.817.083,75	1.887.492.473,08	2,98%	1,26%
Previdência Social (RGPS)		4.440.529.176,29	-	-
Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas	793.171.305,22	282.984.240,26	180,29%	0,51%
TOTAL	186.169.784.916,11	197.849.969.324,12	-5,90%	100,00%

Despesas Orçamentárias Vinculadas	2022	%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	22.314.877.164,66	89,07%
Previdência Social (RPPS)	1.943.817.083,75	7,76%
Previdência Social (RGPS)		-
Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas	793.171.305,22	3,17%
TOTAL	25.051.865.553,63	100,00%

Dentre as despesas Orçamentárias vinculadas, que nesse 4º trimestre de 2022 apresentou saldo de R\$ 25.051.865.553,63, cabe destacar o item denominado "Seguridade Social (Exceto Previdência)", formado pelas fontes de recursos 51 – Recursos livres da Seguridade Social e fonte 53 – Rec. Dest. a Atividades-fim da Seguridade Social, conforme abaixo:

Seguridade Social (Exceto Previdência) - por Fonte de Recursos	2022	%
51 - Recursos Livres Da Seguridade Social	5.381.010.923,77	24,11%
53 - Rec.Dest.Atividades-Fins Da Seguridade Social	16.933.866.240,89	75,89%
Total Seguridade Social (Exceto Previdência)	22.314.877.164,66	100,00%

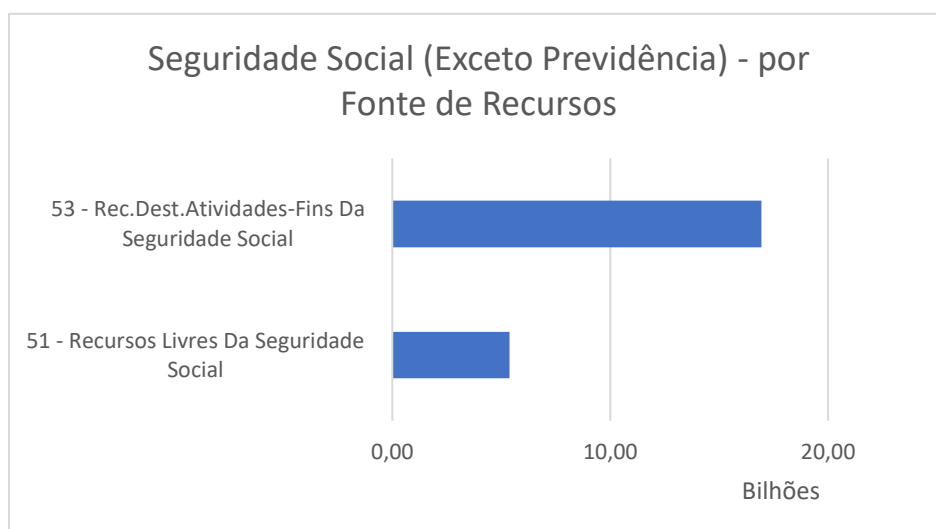


Gráfico 17

NOTA 17- BF - DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH	AV
Transferências Financeiras Concedidas	121.481.978.526,30	130.795.503.503,55	-7,12%	65,25%
Resultantes da Execução Orçamentária	118.909.129.288,10	124.665.107.075,11	-4,62%	63,87%
Repasso Concedido	12.152.483,47	10.793.211,53	12,59%	0,01%
Sub-repasso Concedido	118.675.563.914,27	124.519.256.570,53	-4,69%	63,75%
Cota Devolvida	221.112.286,64	128.403.555,93	72,20%	0,12%
Sub-repasso Devolvido	300.603,72	6.653.737,12	-95,48%	0,00%
TOTAL DE DISPÊNDIOS	186.169.784.916,11	197.849.969.324,12	-5,90%	100,00%

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) verifica-se que as “Transferências Financeiras Concedidas” representam a maior parte dos dispêndios da Justiça Federal, correspondentes a 65,25%.

O grupo de contas “Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária” reflete o movimento financeiro necessário ao pagamento de precatórios e RPV, sendo composto, majoritariamente pelo movimento das contas de “Sub-repasso Concedido” (99,80%).

Transf. Financ. Conced. Result. Exec. Orç.	2022	%
Repasso Concedido	12.152.483,47	0,01%
Sub-repasso Concedido	118.675.563.914,27	99,80%
Cota Devolvida	221.112.286,64	0,19%
Sub-repasso Devolvido	300.603,72	0,00%
Total	118.909.129.288,10	100,00%

NOTA 18 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa

Resultado Financeiro BF X DFC	2022	2021	AH
Geração de caixa e equivalente de caixa final	2.099.925.455,25	1.838.632.972,18	14,21%
Geração de caixa e equivalente de caixa inicial	1.838.632.972,18	1.744.045.689,02	5,42%
Geração líquida e equivalente de caixa	261.292.483,07	94.587.283,16	176,24%

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, ao término do 4º trimestre de 2022 a Geração Líquida de Caixa foi positiva em R\$ 261.292.483,07, apresentando um aumento de 176,24% em comparação ao mesmo período de 2021.

NOTA 19 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa - por Atividade

Geração Líquida e Equivalentes de Caixa - Por atividades	2022	2021	AH
Fluxo de caixa das atividades operacionais	715.516.327,27	2.462.286.799,03	-70,94%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-454.223.844,20	-2.367.699.515,87	-80,82%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	-
Total	261.292.483,07	94.587.283,16	176,24%

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias, extraorçamentárias e desembolsos efetuados tanto para pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias da Justiça Federal.

O fluxo de caixa das atividades operacionais do 4º trimestre de 2022 foi 70,94% menor que o do mesmo período do exercício de 2021. Nada obstante a redução de R\$ 10.582.290.952,10 no total de desembolsos, os ingressos foram reduzidos em R\$ 12.329.061.423,86, resultando em uma diminuição do fluxo de caixa das atividades operacionais no valor de R\$ 1.746.770.471,76.

A redução dos ingressos ocorreu basicamente em função dos itens “Transferências Financeiras Recebidas” e “Arrecadação de Outra Unidade”, as quais, juntas, responderam por 96,8% da redução total dos ingressos, num montante correspondente a R\$ 11.930.506.198,18, conforme demonstrado a seguir:

Especificação	2022	2021	AH	AV
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	715.516.327,27	2.462.286.799,03	-70,94%	
INGRESSOS	182.463.220.523,92	194.792.281.947,78	-6,33%	100,00%
Receita Tributária	92.345.251,64	94.507.459,70	-2,29%	0,05%
Receita de Serviços	-1.410.122,00	-19.775.805,04	-92,87%	0,00%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	36.265.216,74	552.766.840,08	-93,44%	0,02%
Transferências Recebidas	-1.870.921,27	-16.402.449,37	-88,59%	0,00%
Intragovernamentais	-	-16.402.449,37	-	-
Outras Transferências Recebidas	-1.870.921,27	-	-	0,00%
Outros Ingressos Operacionais	182.337.891.098,81	194.181.185.902,41	-6,10%	99,93%
Ingressos Extraorçamentários	627.043.799,78	539.925.834,41	16,14%	0,24%
Restituições a Pagar	-	10.567,91	-100,00%	0,00%
Cancelamento de Obrigações Exercício Anterior	547,99	10.249,13	-94,65%	0,00%
Transferências Financeiras Recebidas	181.251.867.648,66	191.617.073.189,13	-5,41%	99,45%
Arrecadação de Outra Unidade	458.865.404,12	2.024.166.061,83	-77,33%	0,24%
Valores para Compensação	113.698,26	-	-	0,00%
DESEMBOLSOS	-181.747.704.196,65	-192.329.995.148,75	-5,50%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-57.899.299.269,66	-59.108.302.128,82	-2,05%	31,86%
Judiciário	-9.359.731.946,76	-9.054.943.202,15	3,37%	5,15%
Essencial à Justiça	-470.962,18	-396.566,81	18,76%	0,00%
Administração	-15.571,34	-10.297,15	51,22%	0,00%
Previdência Social	-2.060.469.356,62	-1.937.808.767,47	6,33%	1,13%
Encargos Especiais	-46.478.616.019,69	-48.115.128.909,26	-3,40%	25,57%
(+/-) Ordens Bancárias ã Sacadas - Cartão de Pagto	4.586,93	-14.385,98	-131,88%	0,00%
Transferências Concedidas	-1.856.668.126,80	-1.855.299.421,78	0,07%	1,02%
Intergovernamentais	-	-	-	-
Intragovernamentais	-1.856.668.126,80	-1.855.299.421,78	0,07%	1,02%
Outras Transferências Concedidas	-	-	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-121.991.736.800,19	-131.366.393.598,15	-7,14%	67,12%
Dispêndios Extraorçamentários	-509.311.701,93	-570.632.488,25	-10,75%	0,28%

Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-8.954,15	-		0,00%
Transferências Financeiras Concedidas	-121.481.978.526,30	-130.795.503.503,55	-7,12%	66,84%
Valores Compensados	-	-719,18		-
Demais Pagamentos	-437.617,81	-256.887,17	70,35%	0,00%

Especificação	2022	2021	AH	AV
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 454.223.844,20	- 2.367.699.515,87	-80,82%	
DESEMBOLSOS	-454.223.844,20	-2.367.699.515,87	-80,82%	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-322.009.699,13	-125.538.680,95	156,50%	70,89%
Outros Desembolsos de Investimentos	-132.214.145,07	-2.242.160.834,92	-94,10%	29,11%

Dos ingressos, o maior valor corresponde ao item “Transferências Financeiras Recebidas”, com aproximadamente R\$ 181 bilhões, representando 99,34% do total:

Especificação	2022	AV
INGRESSOS	182.463.220.523,92	100,00%
Receita Tributária	92.345.251,64	0,05%
Receita de Serviços	-1.410.122,00	0,00%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	36.265.216,74	0,02%
Transferências Recebidas	-1.870.921,27	0,00%
Intragovernamentais	-	
Outras Transferências Recebidas	-1.870.921,27	0,00%
Outros Ingressos Operacionais	182.337.891.098,81	99,93%
Ingressos Extraorçamentários	627.043.799,78	0,34%
Restituições a Pagar		0,00%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	547,99	0,00%
Transferências Financeiras Recebidas	181.251.867.648,66	99,34%
Arrecadação de Outra Unidade	458.865.404,12	0,25%
Valores para Compensação	113.698,26	0,00%

Dos desembolsos, as despesas orçamentárias são apresentadas na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto), conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério da Economia.

Dos recursos financeiros recebidos para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, R\$ 57,9 bilhões (31,86%) referem-se a “Pessoal e Demais Despesas”; R\$ 1,9 bilhão (1,02%) refere-se a “Transferências Concedidas; e, R\$ 121,9 bilhões (67,12%) se referem à “Outros Desembolsos Operacionais”.

No 4º trimestre de 2022 os desembolsos das atividades operacionais referentes à despesa orçamentária “Pessoal e Demais Despesas”, na função “Judiciário”, totalizaram R\$ 9,4 bilhões, correspondendo a 5,15% do total de desembolso. O segundo maior item de desembolso refere-se a “Encargos especiais”, no percentual de 25,6%, correspondendo a R\$ 46,5 bilhões.

Especificação	2022	AV
DESEMBOLSOS	-181.747.704.196,65	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-57.899.299.269,66	31,86%
Judiciário	-9.359.731.946,76	5,15%
Essencial à Justiça	-470.962,18	0,00%
Administração	-15.571,34	0,00%
Previdência Social	-2.060.469.356,62	1,13%
Encargos Especiais	-46.478.616.019,69	25,57%
(+/-) Ordens Banc. não Sacadas - Cartão de Pagto	4.586,93	0,00%
Transferências Concedidas	-1.856.668.126,80	1,02%
Intergovernamentais	-	
Intragovernamentais	-1.856.668.126,80	1,02%
Outras Transferências Concedidas	-	
Outros Desembolsos Operacionais	-121.991.736.800,19	67,12%
Dispêndios Extraorçamentários	-509.311.701,93	0,28%
Pagto de Restituições de Exercícios Anteriores	-8.954,15	
Transferências Financeiras Concedidas	-121.481.978.526,30	66,84%
Demais Pagamentos	-437.617,81	0,00%

O valor mais significativo do total de desembolsos, correspondendo 66,84% do total, refere-se ao item “Transferências Financeiras Concedidas”, necessárias ao pagamento de precatórios e RPV.

Especificação	2022	AV
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 454.223.844,20	
DESEMBOLSOS	-454.223.844,20	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-322.009.699,13	70,89%
Outros Desembolsos de Investimentos	-132.214.145,07	29,11%

As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. Não houve ingressos de Investimentos, apenas desembolsos, os quais compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes (70,89%) e outros desembolsos de investimento (29,11%). Após análise da DFC, em relação ao fluxo de caixa de investimentos, verifica-se que não houve ingressos e que houve desembolsos na ordem de R\$ 454,2 milhões, resultando num fluxo deficitário na mesma ordem.

Referências

Legislação:

Lei 4.320/1964:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

Lei nº 13.463/2017:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13463.htm

Publicações:

BRASIL. STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, 9ª edição. Disponível em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>

Sites:

<https://manuais.tesouro.gov.br/siafi>

<https://siafi.tesouro.gov.br/>

<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>

<https://www.conjur.com.br/2014-jan-26/segunda-leitura-breve-balanco-historia-justica-federal-brasil>

<https://www.cjf.jus.br/cjf/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_da_Justi%C3%A7a_Federal

<https://www.youtube.com/watch?v=IblpAwmbV5c>

<https://www.youtube.com/watch?v=RFk53gUv1zA>

<https://www.youtube.com/watch?v=k0kZzA0svOM>

<https://www.youtube.com/watch?v=ts19iucCfkA>